

# Governo descobre maioria por acaso

VILLAS-BÔAS CORRÊA \*

**D**e repente, sem explicações, o governo começou a desejar o confronto parlamentar, desdenhando o consenso e estimulando votações das emendas constitucionais.

A virada tática não foi acompanhada da correspondente mudança do discurso. Simplesmente aconteceu, consolidando-se com a série de vitórias sobre a bancada oposição, que foi minguando até a rala centena e alguns quebrados das últimas resultados.

Claro que a súbita confiança na maioria descoberta com o deslumbramento da revelação carimbou a reviravolta.

Mas, a justificativa aflora, por linhas tortas, nos sucessivos pronunciamentos do deputado Luís Eduardo Magalhães, presidente da Câmara, pregando insistentemente o arquivamento da busca inútil do consenso, negociado em penosos e intermináveis entendimentos que forçam o governo à contradição de recuar dos seus compromissos de campanha, ratificados pela aprovação das urnas.

A jogada é hábil e untada de manha. Basta puxar o fio da meada e seguir raciocínio linear. Ora, o governo escorava-se no consenso porque não confiava na sua base de apoio parlamentar. Especialmente na Câmara, pois o Senado costuma ser mais acomodado.

Pela conta de somar das bancadas dos partidos que apóiam o governo, a superioridade é esmagadora, na proporção superior a 3

por 1. Mas, na hora da verdade, a maioria negava fogo. Simplesmente porque não atendia às convocações das lideranças e fazia corpo mole da ausência.

Evidente que não é só isso. O presidente Fernando Henrique passou recibo na inconfiabilidade da sua "maioria desorganizada". Mas, abangunçada e gazeteira ou ordeira e omissa, dá no mesmo para efeitos práticos. Na dúvida, reconhecendo-se frágil, o governo refugiava-se na costura do consenso.

Até que, tangido a bater voto, descobriu que contava com folgada maioria. Bem entendido, em termos. Não a maioria soldada pela solidariedade partidária, unida pelos interesses comuns do projeto político que conquistou o poder e o partilha com os parceiros. Mas, a maioria que necessita ser paparicada com desvelos permanentes. Ao menor descontentamento, amua e rebela-se. Tresspassada por mais de uma dezena de bancadas informais, que operam na clandestinidade, basta que desatenda reivindicação de um desses grupos poderosos para expor-se, vulnerável, ao risco de derrota.

Como é exemplo didático o desafio da bancada ruralista, contabilizando 140 votos de fé, devota dos financiamentos a juros de compadre.

São percalços que exigem a indispensável atenção do presidente Fernando Henrique. Na rotina que embala a arrogância crescente do governo, a maioria tem dado conta do recado. Mas, onde

estava a maioria que o governo não conseguia enxergar além dos levantamentos fictícios?

Provocado a dar sua versão, o deputado Luís Eduardo Magalhães busca explicações que não comprometam o presidente da Câmara. E investe nas clássicas razões que valorizam o comparecimento maciço, inusitado: os parlamentares estão imbuídos da vontade política de corresponder às esperanças da sociedade e de reabilitar o Poder Legislativo. E vai por aí.

Bonito, mas inconvincente. Na verdade, a chave que abre o cofre do devassado segredo está na medida corajosa, simples e óbvia do descontos na parte variável da invejável remuneração dos deputados do que corresponde às faltas nas votações. Foi um santo remédio, de efeito instantâneo e radical. A ponto do deputado Luís Eduardo jactar-se de que o quórum bate recordes de 90%. Assim não há obstrução que se agüente. E a fluência das votações garante os prazos do esquema de governo.

Do alto da certeza do quórum e da ampla vantagem do governo, o presidente da Câmara fala grosso: até junho a Câmara aprovará as emendas da ordem econômica. E o Senado também não faltará ao governo.

Seguindo a escola baiana paterna, Luís Eduardo bate e sopra, cobre o governo de tapas e afagos. Se não houver empenho pa-

ladiano para a aprovação da reforma da Previdência Social, o Congresso cumprirá o dever de apresentar alternativa. No que dele depender, uma solução mais ousada, no recorte da reforma que está dando certo no Chile.

No mesmo tom, algumas oitavas acima, cobra do governo o encaminhamento ao Congresso, para votação no segundo semestre, da reforma tributária. Cutucando o governo a dizer o que precisa. No silêncio do governo, a Câmara cobrirá a iniciativa, apresentando emendas que atendam ao fundamental.

Sem perder o embalo, anuncia o debate da reforma política na oportunidade adequada de temas para início de legislatura. Debate que analise e decida sobre o enxugamento do quadro partidário, inchado até a deformidade; a proibição de coligações nas eleições proporcionais; o restabelecimento, em nova versão atualizada, do princípio da fidelidade partidária; a reforma do Estado entendida no seu sentido mais amplo.

Tudo isso — da descoberta da maioria parlamentar governista à mudança da tática parlamentar; da presunçosa certeza da aprovação das emendas constitucionais, esgotando a agenda e mais os adendos do Congresso à reforma política — é resultado da elevar medida disciplinadora de descontar as faltas dos deputados gazeteiros.